



### **ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	30/4/1993



Data da última correição	4 de maio de 2021
Período de correicionado	1º/4/2021 a 30/4/2022

Aos 12 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 16/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial, contando com a participação do Juiz titular, Adriano Mesquita Dantas, do Juiz substituto, Alexandre Amaro Pereira, da Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/4/2021 a 30/4/2022** (13 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Adriano Mesquita Dantas	1º/6/2021 - Ato TRT SGP nº 100/2021

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Alexandre Amaro Pereira	31/1/2022 - Ato TRT SCR nº. 01/2022



### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alessandra Duarte Pinto de Sousa	Secretario de Audiencia	3/11/2004
Breno Jose Cajueiro Vasconcelos	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	13/1/2019
Carlos Jose dos Santos	Técnico Judiciário – Calculista	28/4/1993
Catarine Helena Limeira Pimentel	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2021
Claudiane Pereira Pena	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	30/4/2014
Fernanda Farias Wanderley	Técnico Judiciário – Calculista	1º/1/2014
Fernando Guerra Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	8/4/2022
Jackson da Silva Nascimento	Técnico Judiciário – Assistente III	5/2/2017
Jeronimo Jose dos Santos Neto	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/6/2021
Jose Orlando de Assis Pires	Técnico Judiciário – Assistente III	9/6/2021
Lucia de Fatima Campos	Técnico Judiciário	12/12/1990
Marcelo Cavalcante Arruda	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	28/4/1993

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, com atribuição automática de responsabilidades e maior número de faixas para as FCs maiores, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 30/4/2022, um acervo processual de **1.625** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	836
Fase de Liquidação	27
Fase de execução	757

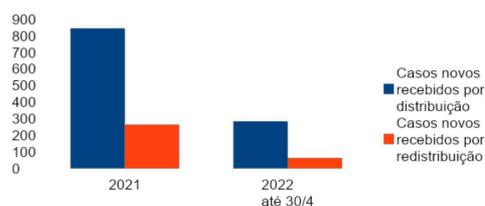


Cartas precatórias e de ordem	5
<b>TOTAL</b>	<b>1.625</b>

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

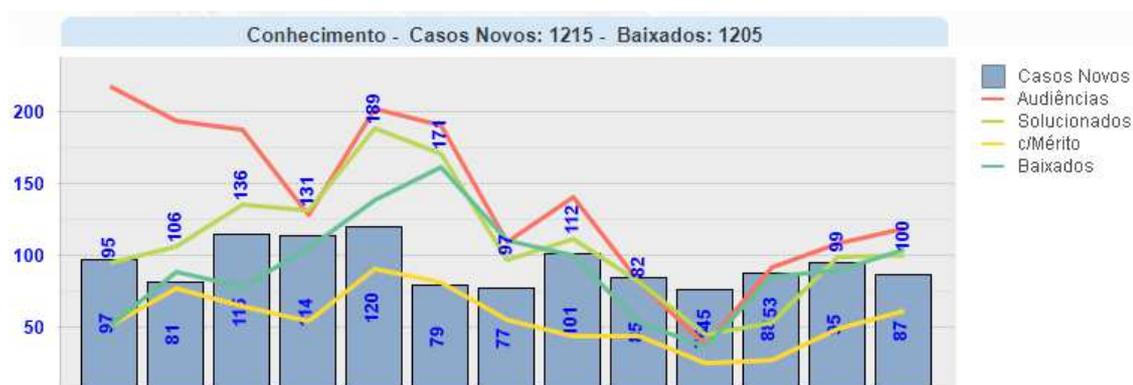
### 2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	843	283
Casos novos recebidos por redistribuição	264	63
<b>TOTAL</b>	<b>1.107</b>	<b>346</b>



No período correicionado, há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000499-37.2021.5.13.0009).

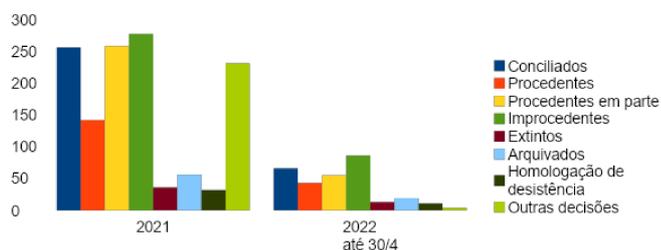
A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/2021 a abril/2022):





## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

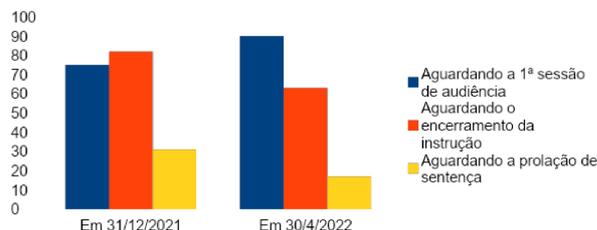
Item	2021	2022 até 30/4
Conciliados	256	66
Procedentes	142	43
Procedentes em parte	258	55
Improcedentes	277	86
Extintos	36	13
Arquivados	56	19
Homologação de desistência	32	11
Outras decisões	231	4
<b>TOTAL</b>	<b>1.288</b>	<b>297</b>



## 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 30/4/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	75	90
Aguardando o encerramento da instrução	82	63
Aguardando a prolação de sentença	31	17
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>170</b>



## 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 30/04	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	932	836	-10,30%
Fase de liquidação	20	27	35%
Fase de execução	880	757	-13,98%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

## 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	178	29	245	237	142
Conciliação em conhecimento	11	9	26	17	9
Conciliação em Execução	20	6	24	11	24
Una	95	32	76	28	25
Instrução	113	158	68	78	2



Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza, em regra, audiências de segunda a quinta feira, nos dois turnos dependendo do volume das audiências e às sextas-feiras, para suprir necessidades pontuais, como também a inquirição de cartas precatórias.

### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande e unidade correicionada (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
04/21	115	137	218	125	127	87	53	107,33
05/21	100	127	194	130	127	100	111	115,83
06/21	127	145	187	107	104	123	130	122,67
07/21	82	150	128	187	131	72	93	119,17
08/21	117	153	202	170	112	143	251	157,67
09/21	143	267	191	144	156	172	168	175
10/21	123	122	110	97	82	147	147	119,67
11/21	75	129	141	120	91	161	74	108,34
12/21	84	72	81	97	58	88	67	77,67
01/22	24	65	38	31	37	29	24	35
02/22	56	111	92	121	74	131	249	123,67
03/22	123	129	108	133	113	160	169	137,83
04/22	128	123	119	123	121	119	161	129,17
<b>TOTAL</b>	<b>1.297</b>	<b>1.730</b>	<b>1.809</b>	<b>1.585</b>	<b>1.333</b>	<b>1.532</b>	<b>1.697</b>	<b>1.529</b>

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



Fase de conhecimento	2021	2022 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	56	48
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	101	49
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	136	84
Da conclusão à prolação da sentença	25	17
Do ajuizamento até a prolação da sentença	140	101

## 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	207	60
	Baixados	197	68
	<b>Pendentes</b>	<b>20</b>	<b>12</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	69	27
	Apreciadas	51	16
	<b>Pendentes</b>	<b>9</b>	<b>6</b>
Liquidação/ Execução	Recebidos	86	27
	Baixados	72	16
	<b>Pendentes</b>	<b>14</b>	<b>15</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTO (Fonte: Hórus)

1º/4/2021 a 30/4/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	736	708	20
Recurso adesivo	24	24	-
Agravo de petição	101	77	13
<b>Total</b>	<b>861</b>	<b>809</b>	<b>33</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



ano-base **2021**: **118** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **203** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **144** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/04**, é de **90** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **117** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **99** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **140** dias, para o ano base de **2021**, e de **101** dias, relativo a este ano de **2022**, até 30 de abril.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.110** dias, e de **1.672** dias, referente ao exercício atual até o dia 30 de abril.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, entre janeiro e abril de **2022** foi o **2º** maior da jurisdição.

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 30/4
Execuções pendentes no início do período	896	831
Execuções iniciadas	412	110
Desarquivados	209	157
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	490	238
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	154	4
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>831</b>	<b>694</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/2021 a abril/22):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 4.228.058,44	R\$ 1.320.687,92
Espontâneo	PJe	R\$ 4.098.487,19	R\$ 814.469,21
Execução	PJe	R\$ 5.673.472,67	R\$ 1.434.493,29
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 14.000.018,30</b>	<b>R\$ 3.569.650,42</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
	Sistema	2021	2022 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 348.193,04	R\$ 117.624,00
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.068.589,80	R\$ 474.607,62
Imposto de renda	PJe	R\$ 213.882,40	R\$ 57.088,45
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.630.665,24</b>	<b>R\$ 649.320,07</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/04/2021 a 30/04/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	359
INFOJUD	PJe	167
SIMBA	PJe	



RENAJUD	PJe	288
BNDT	Pendentes (PJe)	188
	Incluídos (PJe)	214

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	142,85%

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	101,79%
Unidade Correicionada	102,45%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **283** casos novos (por distribuição) e **293** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **102,45%**.

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30 % da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,16% da Meta 2
	97,8% dos processos distribuídos até 31/12/2019

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	104,19% da Meta 2
	96,9% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,25% da Meta 2



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	99,74% dos processos distribuídos até 31/12/2020
--	--------------------------------------------------

**Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50% em 2021</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	72,91% da Meta 3
	28,08% de índice de conciliação

**Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40% em 2022</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,21% da Meta 3
	78,61% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	70,35% da Meta 3
	66,61% de índice de conciliação

**Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.**

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	146,11%

**Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

Unidades de primeiro grau do TRT	70,74%
Unidade Correicionada	88,05%

Indicadores							
Período	BaixCon	BaixExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	37	42	331	312	89,95	88,14	89,06
2022-02	86	70	315	297	71,92	72,62	72,25
2022-03	90	90	304	280	58,80	58,09	58,46
2022-04	104	64	269	248	45,90	48,25	47,00



## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e redução em 2022, proporcionalmente, enquanto que na fase de execução houve redução entre os anos de 2020 e 2021, e aumento nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 30/04
Fase de conhecimento	795	1.037	317
Fase de execução	594	552	264

### Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	795
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	733
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	698
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	690
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	677
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	627
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	604

### Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 30/04)

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	346
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	332
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	319
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	317
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	301
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	297
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	278

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	594
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	591
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	581
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	568
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	474
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	460
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	420

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 30/04)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	264
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	178
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	167
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	165
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	151
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	105
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	28



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **217ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de conges- tamento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º
<b>13ª Região - PB - 3ª Vara de Campina Grande</b>	<b>90º</b>	<b>132º</b>	<b>189º</b>	<b>264º</b>	<b>57º</b>	<b>42º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de	1º	82,47	30,83	1.509,13



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ribeirão				
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
<b>13ª Região - PB - 3ª Vara de Campina Grande</b>	<b>90º</b>	<b>135,76</b>	<b>58,75</b>	<b>1.391,61</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
<b>13ª Região - PB - 3ª Vara de Campina Grande</b>	<b>90º</b>	<b>1.101</b>	<b>630</b>	<b>11</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 09/05/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento
junho 2021	357º	270º	359º	796º	375º
setembro 2021	483º	838º	428º	746º	249º
dezembro 2021	260º	117º	427º	920º	205º



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

março 2022	217°	255°	486°	841°	124°
---------------	------	------	------	------	------

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara/CGE	Colocação no IGEST
2ª	146ª
6ª	189ª
<b>3ª</b>	<b>217ª</b>
1ª	274ª
5ª	301ª
4ª	386ª
7ª	409ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, no que se refere aos prazos de janeiro a abril de 2022:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
76,3 dias	193,9 dias
<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
162,7 dias	227,5 dias



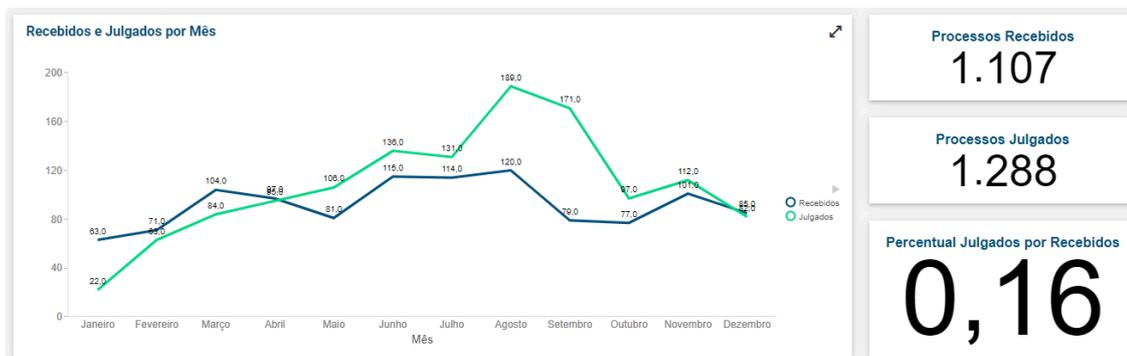
Início à extinção da execução - ente privado	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.223 dias	1.166 dias
Início à extinção da execução - ente público	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
731,8 dias	917,3 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
943,8 dias	1.035 dias

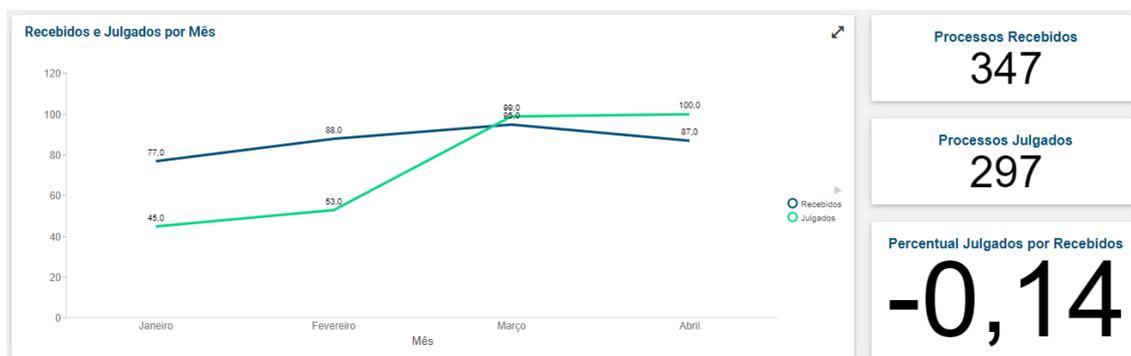
Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a abril/2022, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
3ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-14,4%	-5,9%

Os números da unidade em 2021 podem ser observados no gráfico abaixo:



Já no período de janeiro a abril/2022, o gráfico é o seguinte:



## JUÍZES

### 13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

**Juiz Titular** (Fonte: SAOAdm)

Adriano Mesquita Dantas			
	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	10/7/2021 a 29/7/2021	20
Férias	SAOAdm	5/2/2022 a 24/2/2022	20

**Juiz Substituto**(Fonte: SAOAdm)

Alexandre Amaro Pereira			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	8/7/2021 a 27/7/2021	20
Férias	SAOAdm	27/11/2021 a 16/12/2021	20
Férias	SAOAdm	3/3/2022 a 22/3/2022	20

#### 13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.



### 13.2 Audiências realizadas (1º/4/2021 a 30/4/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerra- mento Instrução	Inicial	Conciliação Conheci- mento	Conci- liação Execução	Total
Lindinaldo Silva Marinho	-	12	-	6	-	-	18
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	22	172	47	367	26	10	644
Adriano Mesquita Dantas	122	130	23	279	30	68	652
Aercio Pereira de Lima Filho	-	19	-	49	3	-	71
Nayara Queiroz Mota de Sousa	35	50	43	89	7	7	231
Paulo Nunes de Oliveira	-	4	-	11	-	-	15
Alexandre Amaro Pereira	78	37	4	42	5	1	167

### 13.4 Incidentes julgados (1º/4/2021 a 30/4/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	4	-	-	4
Mariana Petit Horácio de Brito	-	1	-	1
Alexandre Amaro Pereira	21	1	3	25
Adriano Mesquita Dantas	74	22	22	118
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	98	22	31	151
Nayara Queiroz Mota de Sousa	30	3	18	51

### 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	116	48	72	153	7	28	25	132	581
Aercio Pereira de Lima Filho	7	3	12	12	-	4	-	8	46
Alexandre Amaro Pereira	29	19	23	19	-	7	2	4	103



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Lindinaldo Silva Marinho	1	-	3	5	-	-	-	-	9
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Nayara Queiroz Mota de Sousa	33	5	53	14	3	7	1	25	141
Paulo Nunes de Oliveira	1	3	1	2	-	-	-	-	7
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	92	96	112	137	1	16	8	66	528

#### 14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	873
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	413
Homologação da Transação Extrajudicial	50
Consignação em Pagamento	22
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	18
Ação de Cumprimento	13
Embargos de Terceiro Cível	10
Ação Civil Coletiva	5
Ação Civil Pública Cível	5
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Tutela Antecipada Antecedente	1
Tutela Cautelar Antecedente	1
Produção Antecipada da Prova	1
Petição	1

#### 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Nayara Queiroz Mota de Sousa	55	94,83%
Adriano Mesquita Dantas	112	93,33%



Alexandre Amaro Pereira	39	92,86%
Aercio Pereira de Lima Filho	1	6,67%
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	201	96,63%
Lindinaldo Silva Marinho	2	66,67%
Paulo Nunes de Oliveira	1	25%

## 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Adriano Mesquita Dantas	580
Aercio Pereira de Lima Filho	46
Alexandre Amaro Pereira	103
Lindinaldo Silva Marinho	9
Mariana Petit Horácio de Brito	1
Nayara Queiroz Mota de Sousa	141
Paulo Nunes de Oliveira	7
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	503

### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 23 dias

Magistrado	Dias
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	36
Adriano Mesquita Dantas	14
Nayara Queiroz Mota de Sousa	21
Alexandre Amaro Pereira	10
Aercio Pereira de Lima Filho	7
Lindinaldo Silva Marinho	31
Paulo Nunes de Oliveira	9

## 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em



08/03/2022. O juiz titular destacou a melhora nos índices das Metas do CNJ e que diversas medidas foram adotadas para controle dos processos e otimização na rotina dos servidores, atribuindo o aumento dos prazos às providências tomadas, a exemplo de identificação de processos sobrestados e arquivados provisoriamente que poderiam ser definitivamente solucionados. Firmou compromisso com a constante melhorias dos indicadores e aperfeiçoamento das rotinas.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre abril de 2021 e abril de 2022 - 13 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 352.827,72
Pagamento ao reclamante	R\$ 18.999,20
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 31.439,57
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 242.947,37
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 9.994,35
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 80,16
Valor transferido para processo da Justiça Comum	R\$ 7.637,54
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 663.925,91</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência



de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000523-36.2019.5.13.0009, 0000774-59.2016.5.13.0009, 0131901-57.2015.5.13.0009.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR N° 017/2020.

## 19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 028/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD n° 2317/2022), os juízes Adriano Mesquita Dantas e Alexandre Amaro Pereira participaram de cursos voltados à conciliação e mediação e à efetividade da execução.

Tratando-se das atividades de formação continuada, foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011).

Magistrado	Descrição
ADRIANO MESQUITA DANTAS	Webinário Metodologias Ágeis para uma Gestão Pública Inovadora e Design Thinking – PROAD 20742  Inovação e inteligência artificial como ferramentas de modernização da Justiça – P. 10233, 10234 e 10235/2021  CFC sobre Audiências Telepresenciais – PROAD 10210/2021  Ferramentas Google (G Suíte) – Turma 1/2021 – Processo n° 19662 - (MOODLE autoinstrucional)  Ferramentas Eletrônicas de Auxílio à Execução Trabalhista" – Turma 1/2021 (autoinstrucional) – P 19666.21 - 1 a 19



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>Utilização otimizada da ferramenta Zoom - Proc. 19380/2021</p> <p>Webinário O enfrentamento ao trabalho infantil e a atuação do Ministério Público do Trabalho promovido pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho – PROAD 20701</p> <p>CFC sobre A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões na Justiça do Trabalho e nas Relações Laborais – PROAD 19671/2020</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 do Trabalho</p> <p>WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO – TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA – P 20598.21</p> <p>WEBINAR: Algoritmos e plataformas digitais – P.21042.21</p> <p>WEBINAR: Algoritmos e plataformas digitais – P.21042.21</p> <p>Proteção internacional dos direitos sociais: sistema interamericano de Direitos Humanos e atuação da Organização Internacional do Trabalho – P 20262.21 – dias 11 a 25 maio</p> <p>Negociação coletiva: Limites, possibilidades e procedimentalidade – P 19890</p> <p>Seminário Recuperação Judicial e Falência: inovações e cooperação jurisdicional – P. 23577</p> <p>Justiça do Trabalho e Democracia – PROAD 22060.21</p> <p>Precedentes Jurisprudenciais no âmbito Trabalhista: estrutura, formação e obrigatoriedade – PROAD 19775/2021 – 22 H/A</p> <p>CFC sobre Normas Trabalhistas na Pandemia</p> <p>CFC A Efetividade da Execução Trabalhista e a Desconsideração da Personalidade Jurídica – PROAD 23639/2021</p> <p>LIVE 29 – PROAD 26719/2021 – Painel 16: Técnicas de investigação patrimonial da Polícia Federal: análises financeira, bancária e patrimonial – 27/agosto – 2 h/a – TRT5</p> <p>CFC sobre Normas Trabalhistas na Pandemia – PROAD 25989/2021</p> <p>Aula Magna “Produção de Provas por Meios Digitais na Justiça do Trabalho</p> <p>2º CFC sobre Conciliação e Mediação para Magistrado</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>Supervisor e Coordenador do CEJUSC na Justiça do Trabalho – 1.º e 2.º Graus - P 23272.21</p> <p>Práticas Discriminatórias e Proteção da Relação de Emprego - Turma 1/2021 (com tutoria)</p> <p>TECNOLOGIA, LINGUAGEM E A ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA: NOVAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA - PROAD 24751/2021</p> <p>Produção de Provas por meios digitais na JT</p> <p>OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO - PROAD 23188.21</p> <p>Seminário comemorativo aos 15 anos da ENAMAT: passado, presente e futuro do Poder Judiciário</p> <p>1.º Curso de Formação Continuada sobre Conciliação e Mediação para Magistrado Supervisor e Coordenador do CEJUSC na Justiça do Trabalho – 1.º e 2.º Graus – Módulo Prático,</p> <p>Saúde mental e trabalho, uma relação entre direito e psicologia: noções gerais sobre os transtornos mentais relacionados ao trabalho (tmrt) e o papel dos trabalhadores e gestores na saúde mental - proad 26138.21</p> <p>GESTÃO DE PRECATÓRIOS – GPREC - PROAD 25999/2021</p> <p>LIVE 30 – PROAD 26719/2021 – A Efetividade da Execução: Estratégias e Novas Perspectivas – 20/setembro – 2 h/a – TRT10</p> <p>UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS QUE AUXILIAM NA FASE DE EXECUÇÃO - PROAD 25484/2021 - DIAS 1º, 8 E 15 - COM 3 H/A</p> <p>21º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT da 15ª Região</p> <p>TEMA GERAL: "ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA" – PROAD 26380/2021</p> <p>Provas Digitais</p> <p>CURSO GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E O OUTRO CURSO CURSO DESENVOLVIMENTO GERENCIAL - PROAD 23942 - DIA 19/10 – 8h/a</p> <p>DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PROAD 26661/2021 - 22/OUT - 1,5 H/A</p> <p>Impactos da vacinação obrigatória no contrato de trabalho - PROAD 26030/21 - dia 22/out - com 1,5 h/a</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE, DE QUAL ACESSIBILIDADE FALAMOS? - PROAD 25384.21 - 27/OUT - 1,5 H/A</p> <p>CFC sobre Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nas Relações de Trabalho</p> <p>ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - PROAD 26590/2021- DIA 10 DE NOVEMBRO - COM 2 H/A</p> <p>ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2 h/a</p> <p>INOVAÇÃO JUDICIAL - PROAD 26837/2021 – 23 e 25/11 – 6 h/a</p> <p>CFC sobre Lei Geral de Proteção de Dados e seus Impactos nas Relações de Trabalho,</p> <p>Pandemia, Direitos Humanos e Tutela Internacional – PROAD 29627/2021 – 03/12 – 1,5 h/a</p> <p>CFC sobre Produção de Provas e Análise de Provas Digitais no Processo do Trabalho</p>
ALEXANDRE AMARO PEREIRA	<p>CFC sobre Audiências Telepresenciais – PROAD 10210/2021</p> <p>CFC sobre A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões na Justiça do Trabalho e nas Relações Laborais – PROAD 19671/2020</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 do Trabalho</p> <p>Negociação coletiva: Limites, possibilidades e procedimentalidade – P 19890</p> <p>Precedentes Jurisprudenciais no âmbito Trabalhista: estrutura, formação e obrigatoriedade – PROAD 19775/2021 – 22 H/A</p> <p>CFC sobre Normas Trabalhistas na Pandemia – PROAD 25989/2021</p> <p>2º CFC sobre Conciliação e Mediação para Magistrado Supervisor e Coordenador do CEJUSC na Justiça do Trabalho – 1.º e 2.º Graus – P 23272.21</p> <p>Atualização da Rotina de Remessa de Processos para Instância Superior no PJe 1º Grau - PROAD 27127/2021 – 5/11 - 4 H/A</p> <p>CFC sobre Produção de Provas e Análise de Provas Digitais no Processo do Trabalho</p>



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
BRENO JOSE CAJUEIRO VASCONCELOS	TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
CARLOS JOSE DOS SANTOS	LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO  PERÍCIA TRABALHISTA NO PJE-CALC DO BÁSICO AO AVANÇADO / INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA, AUDITORIA, PERÍCIA, PROJETOS E AVALIAÇÕES LTDA - IBCAPPA  PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL / CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA - CRCPB  INTENSIVO PERÍCIA TRABALHISTA NO PJE-CALC (DO BÁSICO AO EXPERT) / IBCAPPA - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA, AUDITORIA, PERÍCIA, PROJETOS E AVALIAÇÕES LTDA  TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL  PJE-CALC - TURMA C / CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CATARINE HELENA LIMEIRA PIMENTEL	TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS (AUD 4) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
CLAUDIANE PEREIRA PENA	<p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
FERNANDA FARIAS WANDERLEY	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

JACKSON DA SILVA NASCIMENTO	<p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1 3ª REGIÃO</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JERONIMO JOSE DOS SANTOS NETO	<p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - TÉRMINO DO CONTRATO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO IV - NUTRIÇÃO DA MENTE / SEGEPE</p> <p>TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS POR MEIOS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 3 / CSJT - CEDUC-JT</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 015/2021 - PAINEL ON-LINE PESQUISA PATRIMONIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>CICLO DE DEBATES JUSTA QUESTÃO - TEMA I: CORREÇÃO MONETÁRIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 1ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO GARIMPO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JOSE ORLANDO DE ASSIS PIRES	<p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A</p>



PODER JUDICIÁRIO PERFAZ  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
LUCIA DE FATIMA CAMPOS	<p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - LIBRAS AVANÇADO - MÓDULO I / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
MARCELO CAVALCANTE ARRUDA	<p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ALESSANDRA DUARTE PINTO DE SOUSA
FERNANDO GUERRA RIBEIRO

## 20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 06 despachos correicionais no PJe.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

## **21. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos Juízes**

#### **1. Recomendações gerais**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da



utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR N° 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

## **2. Recomendações específicas**

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR N° 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução.

### **À Diretora de Secretaria**

a) permanecer monitorando os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;



d) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos.

### **Aos servidores**

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

c) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão (Hórus) com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;

d) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento de todas as metas do CNJ: Metas 1 (142,85%), 2 (105,16%) e 5 (146,11%).

Parabenizam-se magistrados e servidores pelo excelente índice obtido no cumprimento da Meta 5, atinente à taxa de congestionamento nas fases de conhecimento e execução, relevante na garantia da prestação jurisdicional célere e eficaz.



Destaca-se o aumento dos processos baixados nas fases de conhecimento (795 em 2020, 1037 em 2021 e 317 nos 3 primeiros meses de 2022) e execução (594 em 2020, 552 em 2021 e 264 nos 3 primeiros meses de 2022), o que certamente contribuiu para a evolução no Igest.

Em setembro de 2021, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande ocupava a 483ª posição no Igest, passando para a 259ª em dezembro e 217ª em março de 2022, pelo que parabeniza magistrados e servidores pelo trabalho realizado e os concita a continuar executando atividades em elevado nível de excelência, com monitoramento de pautas e prazos nas fases de conhecimento e execução, o que certamente contribuirá para, no próximo trimestre, melhorar ainda mais a posição no Igest, na busca pelo patamar das 100 primeiras posições.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## ANEXO

### VISTOS

0000014-71.2020.5.13.0009	0001334-64.2017.5.13.0009	0130924-65.2015.5.13.0009
0000595-86.2020.5.13.0009	0062800-16.2004.5.13.0009	0000559-49.2017.5.13.0009
0000373-21.2020.5.13.0009	0000124-07.2019.5.13.0009	0000949-82.2018.5.13.0009
0000121-18.2020.5.13.0009	0131387-07.2015.5.13.0009	0001147-85.2019.5.13.0009
0086800-41.2008.5.13.0009	0000493-07.2019.5.13.0007	0000335-09.2020.5.13.0009
0000099-62.2017.5.13.0009	0000471-06.2020.5.13.0009	0091400-71.2009.5.13.0009
0000584-28.2018.5.13.0009	0130709-89.2015.5.13.0009	0000407-35.2016.5.13.0009
0000646-39.2016.5.13.0009	0000664-21.2020.5.13.0009	0000308-92.2021.5.13.0008

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0249300-78.2013.5.13.0009	0001033-49.2019.5.13.0009	0000450-98.2018.5.13.0009
0000075-97.2018.5.13.0009	0000895-19.2018.5.13.0009	0131603-65.2015.5.13.0009